



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JUSTEN DA COSTA

**PROCESSOS DA IMPLANTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL
NA GUINÉ-BISSAU: UM CASO DA REGIÃO DE CACHEU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

JUSTEN DA COSTA

**PROCESSOS DA IMPLANTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL
NA GUINÉ-BISSAU: UM CASO DA REGIÃO DE CACHEU**

Projeto do trabalho de conclusão do curso (TCC), apresentado a Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Alves Junior.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE CACHEU	6
3	PROBLEMATIZAÇÃO	7
4	HIPÓTESE	8
5	OBJETO DE ESTUDO	8
6	OBJETIVOS	8
6.1	GERAL	8
6.2	ESPECÍFICOS	8
7	JUSTIFICATIVA	9
8	REFERENCIAL TEÓRICO	10
8.1	OS PRIMEIROS CONTATOS DOS PORTUGUESES COM A POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: A DOMINAÇÃO PORTUGUESA	10
8.2	PAPEL QUE OS CHEFES LOCAIS GUINEENSES DESEMPENHARAM (COLABORAÇÃO E A RESISTÊNCIAS) DURANTE ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU E AS RESISTÊNCIAS DOS GRUPOS ÉTNICOS GUINEENSES DURANTE ESSE PROCESSO	14
9	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
10	CRONOGRAMA	22
	REFERÊNCIAS	23

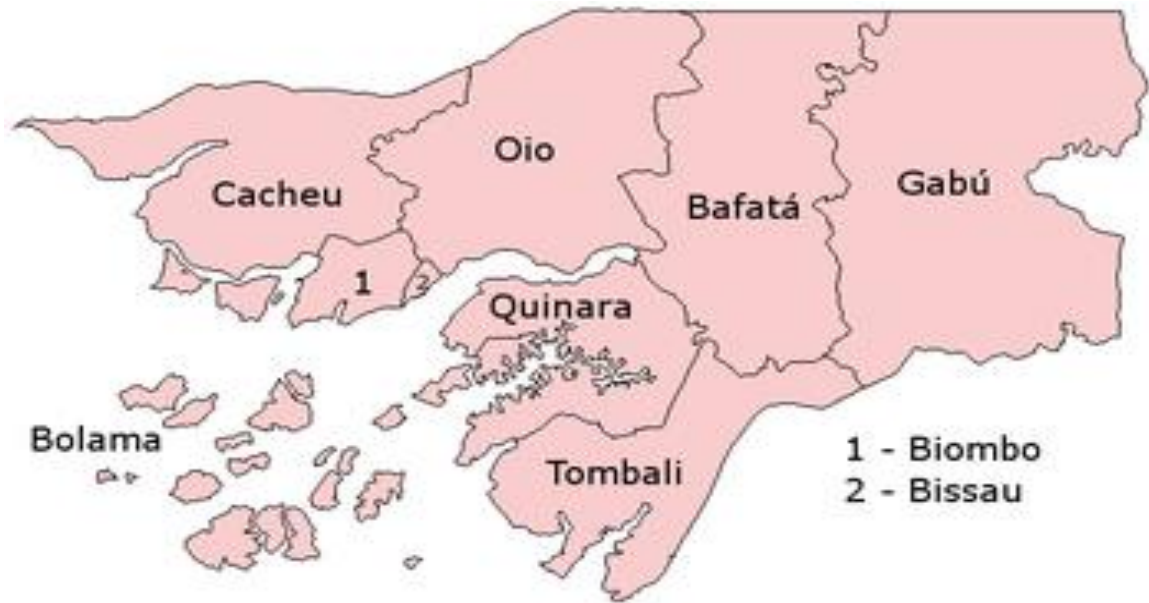
1 INTRODUÇÃO

Após a conferência de Berlim realizado em (1884-1885), houve grandes mudanças no que concerne as transformações e demarções nos territórios do continente africano. Mudanças essas, que foram marcadas pela ocupação, dominação e a efetivação da administração colonial europeia no continente africano. No caso da Guiné-Bissau, durante o processo de implantação da administração colonial portuguesa houve muitos conflitos e ataques entre os portugueses e os povos nativos, ou seja, os habitantes que ocupavam o atual território guineense e resistiam à dominação dos portugueses.

Perante o exposto, o presente projeto de pesquisa sob o tema **“Processos da Implantação da Administração colonial na Guiné-Bissau: um caso da região de Cacheu”** tem como propósito compreender o papel que foram desempenhados pelas chefias locais, neste caso, os líderes dos povos endógenos da região de Cacheu durante o implante do sistema administrativo colonial na Guiné-Bissau, principalmente depois da conferência de Berlim e, por outro lado, descrever a forma como ocorreram os primeiros contatos dos portugueses com a população da Guiné-Bissau, e intender as causas que levaram os povos nativos a resistir durante esse processo.

A Guiné-Bissau é um país da África ocidental e antiga colônia de Portugal, tem superfície total 36.125km², faz fronteira ao Norte com República do Senegal e ao Leste e sul com a República da Guiné-Conakry, e é banhado ao Oeste pelo Oceano atlântico. E está dividida em oito regiões administrativas que são: Bafatá, Biombo, Bolama Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali.

Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau por regiões



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guiné-Bissau#/media/File: GWregions.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guiné-Bissau#/media/File:GWregions.png)

Segundo Gomes, cada região divide-se em setores e em seções sob o controle de um administrador, as seções por sua vez reúnem diversas tabancas e existem conformados em vários bairros (GOMES, 2019). Além disso, Mendes acrescenta que, o país está “Dividida administrativamente em um setor autônomo chamado Bissau e três províncias (Norte, Sul e Leste). Na província do Norte ficam Biombo, Cacheu e Oio; na província do Leste temos a Bafatá e Gabu e na província do Sul estão Bolama dos Bijagós, Quinara e Tombali” (MENDES, 2017, p.14).

Em termos históricos e da historiografia sobre o país, a atual Guiné-Bissau fazia parte do reino de Kaabu que pertencia o Império do Mali, partes deste reino persistiram até o século XVIII. No século XIX a região foi colonizada pelos portugueses e passou a ser chamada Guiné portuguesa (INE, 2019).

No século XIII os Mandingas vindos do Mali conquistaram as duas atuais regiões da província do Leste e instalaram o império de Gabu sob administração do Mali, que mais tarde no século XV ganhou autonomia. Já no século XIX, este reino foi contestado pelos Fulas, numa batalha bem lembrada por muitos guineenses como “batalha de Kansala”. O reino foi levado à submissão do império Fula e sua hegemonia e influência propagada para outros reinos da Guiné até finais do século XIX e começo do XX (MENDES, 2017, p.14).

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), a grande maioria da população fala crioulo, enquanto os restantes dos habitantes falam uma variedade de línguas locais. As principais religiões são as religiões tradicionais africanas e o islamismo, há uma

minoria cristã; ria principalmente os católicos (INE, 2019). A Guiné-Bissau tem clima tropical, caracteristicamente quente e húmido. Há duas estações distintas: a estação da chuva e a estação seca. A estação das chuvas estende-se de meados de maio até meados de novembro, com maior pluviosidade em julho e agosto. A estação seca corresponde aos restantes meses do ano. Os meses de dezembro e janeiro são os mais frescos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE CACHEU

Cacheu é uma região da Guiné-Bissau, que tem capital do mesmo nome, situa-se no norte do país, de acordo com Gomes, a população Manjaca é a maioritária na região de Cacheu, no norte de país, ocupando a costa que vai do rio Cacheu ao rio Mansoa e a parte constituída pelas ilhas de Caio, Jeta e Pecixe (GOMES, 2019). Essa região é dividida em seis (6) setores: Bigene, Bula, Cacheu, caio, Canchungo e são Domingos.

Figura 2 - Mapa da região de Cacheu



Fonte: Wikipédia (Cacheu..., 2021).

Nessa região existia um grande reino que pertencia três povos os Papeis, Manjaco e Burames, esse reino que é de Bassarel tinha sob sua dependência cerca de vinte e seis pequenos chefiados, que formavam um só grupo político cujo centro da decisão residia em

Bassarel (RIBEIRO, 1989). Os portugueses para dominar esse território, nos primeiros momentos optaram por estabelecer relações com os régulos “chefes locais” com intuito de conseguir total apoio para conquistar outras zonas, faziam comércios escravistas e ofereciam chefes locais presentes, em troca os régulos lhes davam territórios para construir as casas.

Os portugueses começaram ocupação nessa região em 1588, sob a regência da administração do arquipélago de Cabo Verde, e as primeiras feitorias foram construídas em Cacheu. Foi a primeira capital da Guiné portuguesa, fornecia o governo colonial grandes produtos, e tornou-se principal referência dos portugueses para o acesso aos outros territórios, foi no rio Cacheu que se iniciou primeiro embarque dos escravos guineenses para outros países, na época ficou conhecida como o caminho de escravos, os escravos eram embarcados e levados para vender nas outras zonas.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

A presença portuguesa na atual Guiné-Bissau iniciou-se no século XV. Antes do século XIX, Portugal não tinha a capacidade suficiente para dominar todo o território da Guiné, limitou-se, nos rios que facilita o comércio do escravo e não como uma colônia de exploração, somente a partir do primeiro terço do século XX que podemos considerar atual Guiné-Bissau como um território dominado pelos portugueses (UNA 2017). Após a dominação e a chegada do Salazar ao poder, o sistema colonial ganhou o cunho violento e opressivo em todos o território que estava sob o domínio portugueses. Exploravam recursos naturais e cobravam impostos para povos nativos. Os portugueses para dominar os territórios beneficiavam dos apoios dos agentes nativos. Com base no exposto, a inquietação do presente projeto de pesquisa parte do seguinte questionamento: Quais foram às estratégias usadas pelos chefes locais durante o processo da implantação da administração colonial na Guiné-Bissau? Em que condição essa relação condicionava (de forma positiva/negativa a posição dos régulos perante os seus súditos? Qual era a vantagem e desvantagens políticos, econômicos e militares proporcionava aos régulos?

4 HIPÓTESE

Partimos do pressuposto de que, a relação entre os régulos e a administração colonial, neste caso específico portuguesa era caracterizada por inúmeras fatores que norteavam o contexto vivido, entre os quais se destaca a posição política dos régulos perante a norma estabelecida com a implementação da administração colonial; as lutas internas entre os grupos ou povos pela manutenção da comunidade e do território etc.

5 OBJETO DE ESTUDO

- ✓ Papel dos chefes locais durante o processo da implantação da administração colonial portuguesa.

6 OBJETIVOS

6.1 GERAL

- ✓ Compreender o papel que os chefes locais guineenses desempenharam durante o implante do sistema administrativo colonial.

6.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever a forma como ocorreram os primeiros contatos dos portugueses com a população da Guiné-Bissau, e as relações que foram estabelecidas entre ambas;
- ✓ Analisar o processo da conferência de Berlim que resultou na decisão de cada potência promover ocupação efetiva e o papel que os líderes locais africanos desempenharam durante esse processo;
- ✓ Entender as causas que levaram os povos nativos guineenses a resistir durante o implante do sistema administrativo portuguesa na Guiné-Bissau;

7 JUSTIFICATIVA

O interesse por esta temática surgiu com base no componente curricular “Processos coloniais” em que durante o semestre debruçamos sobre a forma como ocorreu esse processo no continente africano. Por esse motivo surgiu a minha inquietação em fazer uma análise sobre esse assunto, tentando compreender qual é o papel que os chefes locais desempenharam durante a implantação do sistema colonial e administrativo na Guiné-Bissau, tendo como recorte espacial para a região de Cacheu (e o recorte temporal), e entender as causas que levavam os povos nativos a resistir perante a dominação portuguesa no país.

Durante a expansão imperialista europeia, o continente africano foi alvo de ocupação administrativa colonial após a resolução da conferência de Berlim, na Alemanha, em que, diferentes potências europeias na época estavam carburando para exploração das matérias primas, razão pela qual o presente projeto justifica-se pertinente a sua materialização com o intuito de compreender como foi esse processo e qual foi o papel que as chefias locais desempenham para a efetivação da administração colonial na Guiné-Bissau. Sendo assim, procura-se trazer uma abordagem historiográfica possibilitando assim a maior compreensão e debate sobre o tema.

Além disso, a pesquisa poderá contribuir em diferentes aspetos, entre os quais: a relevância acadêmica, política e social. No que tange a relevância acadêmica, o contexto guineense não oferece subsídios de uma gama de pesquisa, ou seja, a pesquisa no contexto guineense, embora já com alguns pesquisadores com renome internacional, ainda carece de estruturas e de apoio de estado guineense, principalmente no campo historiográfico, razão pela qual, poderá ser futuramente um dos elementos bibliográficos que poderá ser utilizado pelos futuros pesquisadores.

Em relação a relevância política, torna-se importante porque pretende debater as configurações políticas e mudanças que administração colonial portuguesa trouxe nas sociedades africanas, principalmente no que se refere a configuração e desconfiguração dos modelos políticos locais. E, por último, é de suma importância que a sociedade guineense compreendam o processo da implementação da administração colonial e o papel que as chefias locais desempenham durante esse processo, contribuindo assim para a compreensão das dinâmicas sociais e contemporâneas na Guiné-Bissau.

8 REFERENCIAL TEORICO

8.1 OS PRIMEIROS CONTATOS DOS PORTUGUESES COM A POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU: A DOMINAÇÃO PORTUGUESA

É importante salientar que antes da chegada dos europeus o continente africano já contava com grandes reinos e impérios com organização social, políticas e econômicas, e com exército do poder político. Entretanto, a história da África Ocidental é marcada entre os séculos pela presença de três grandes impérios que são: Ghana, Mali e Songhay (MONTEIRO, 2013). “A Guiné-Bissau, como o território é conhecida hoje, foi uma parte integrante do Império de Mali no Século XII, um estado sudanês que foi um dos sucessores do Império de Ghana (830 a 1235). Os Mandingas do Mali expandiram-se até chegar à região da Guiné, que era designado por império de Kaabu ou Gabu” (UNA, P.11).

Os portugueses chegaram à costa Guiné no ano 1446, sob o comando do Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa chegou a atual Guiné, nessa viagem ele foi assassinado pelos Mandingas, próximo do rio da Gâmbia, o conflito desses povos com os portugueses foi provocado pelos ataques e sequestros da população pelos portugueses para serem vendidos como escravos. Nos primeiros momentos da sua chegada à costa da Guiné atacavam de surpresa as aldeias isoladas no litoral e a grupo desguarnecido nas praias, isso foi antes de estabelecerem relações e trocas comerciais com os povos nativos. Nesse sentido, pode-se compreender que as primeiras relações entre os povos africanos desta zona e os portugueses começaram de uma forma briguenta, que veio a ser melhorado através dos chefes locais que concedem espaços para os portugueses construírem interpostos comerciais. (UNA, 2017).

Conforme Ribeiro, quando os portugueses chegaram à Guiné, a dominação mandinga na atual Guiné-Bissau era uma realidade a que estes não puderam escapar. Segundo Marques, citado por Ribeiro disse que “não há muito tempo que os mandingas eram senhores de quase todos os territórios da nossa Guiné, e muitos povos que habitam próximo das costas do Atlântico, tais como Biafadas, junto da embocadura do rio de Kabu, chefe principal dos mandingas que mais tarde veio a ser derrotado pelos Futa-fulas capitaneadas pelo Almamy” (RIBEIRO, 1989).

Segundo Monteiro (2013) os portugueses começaram a ocupação nos primeiros momentos no norte da Guiné a partir da cidade de Cacheu fundada em 1588, sob a regência da administração do arquipélago de Cabo Verde. As primeiras feitorias foram construídas em Cacheu, São Domingos, Farim e Buba. Em 1642, Cacheu tornou-se a capital principal

referência dos portugueses para o acesso aos outros territórios, e a atual capital Bissau, teve a sua ocupação só em 1686, e em 1697 o Atual capital foi fundada com propósito de servir de assistência para a fortificação militar e entreposto de tráfico negroiro.

Depois da instalação destes entrepostos, os portugueses começaram estabelecer relações com os povos nativos. Segundo Monteiro “os portugueses tentaram estreitar relações com os chefes tradicionais africanos e posteriormente com seus povos, a fim de conseguir o total apoio e a inserção no interior do continente. Em troca dessa relação, ofereciam presentes, professavam falsas promessas, enfatizando sempre o interesse em estabelecer comércio dos produtos existentes no continente” (MONTEIRO, 2013). Através dessas estratégias, os portugueses conseguiram de modo definitivo as confianças dos chefes locais que mais tarde se tornaram-se aliados dos portugueses.

As potências europeias antes da conferência de Berlim já tinham influência na África, através da instalação das colônias, a criação de entrepostos comerciais, a exploração e os tratados com dirigentes africanos. Sendo assim, após a conferência, os tratados tornaram-se instrumentos relevantes na ocupação, segundo ele, o período de 1880 a 1914 o continente africano foi retalhado politicamente e efetivamente ocupado pelas nações europeias industrializadas, e corresponde a uma época de guerras e transformação revolucionárias. (UZOIGWE, 2010).

A conferência de Berlim realizada (1884-1885) tinha como objetivo principal discutir a sério o tráfico de escravo, e no fim, surgiu interesse das potências na ocupação e a partilha da África, que resultou na corrida das potências europeias para ocupação efetiva de territórios no continente africano. Por outro lado, ele realça que o continente africano teria sido ocupado pelas potências europeias, não só porque tivesse riquezas materiais, mas sim ameaçava os interesses dos europeus em outro aspecto. (UZOIGWE, 2010). “Foi nesta conferência que se estabeleceram as linhas da divisão da África entre as potências imperialistas, originando um novo mapa geográfico do continente africano maquiado com o rosto do colonialismo. O objetivo desta conferência era a defesa dos interesses das grandes potências sem, contudo, ter em conta as questões socioculturais e políticas das sociedades africanas” (MONTEIRO, 2013, P.88).

Pode-se compreender que após a conferência de Berlim diferentes potências europeias começaram a dominar os territórios africanos, Portugal foi entre os primeiros europeus a chegar à África, conquistando cinco colônias, e estabeleceu o controle sobre o destino da produção das colônias, e passando a cobrar os impostos, e através desses

produtos e impostos Portugal constituiu uma fonte do rendimento para os cofres (UNA, 2017).

Segundo Boahen (2010) a história da África jamais se sucederam tantas mudanças mais importantes e mais trágicas como o período entre 1880 a 1910, marcado pela ocupação e conquista de continente africano pelas potências imperialistas, e pela implantação do sistema colonial, principalmente no ano 1910 que se caracteriza pela exploração do sistema e da consolidação, e durante o período entre 1880 e 1935 o continente africano teve que enfrentar o desafio do colonialismo, Segundo ele, em 1880 algumas áreas pequenas da África já estavam sob a dominação direta de europeus, e 80% do seu território era governada por seus próprios reis, rainhas, impérios e reinos.

Para Boahen (2010), e o período da dominação colonial na África deveria ser dividido em três períodos, o primeiro é de 1880 a 1919 que corresponde à conquista e a ocupação das potências europeias, o segundo de 1919 a 1935 trata-se do período da adaptação, protesto e da resistência dos africanos, e o terceiro que deu início em 1935 corresponde o período em que os movimentos de independência começaram procurar as estratégias para conseguir as independências. No mesmo sentido, o historiador guineense Ribeiro dividiu a história colonial portuguesa na Guiné em três períodos distintos:

O primeiro, que vai do sec. XV até por volta de 1850, é aquele em que os negociantes portugueses eram emigrantes em território estrangeiro, tendo a presença deles o objetivo de realizarem comércio (...) o segundo período que vai de 1850 a cerca de 1900-1915, caracteriza-se por um certo equilíbrio entre as duas forças: a euro-colonial por um certo lado, vivendo nas praças e presídios, e a étnico-africano por outro, cujos reis locais dominavam todo o território fora das praças. Período de transição do poder político na praça e, em seguida, no resto do território. No começo, as dadas iniciam a sua descida devido ao gradual aumento do poder defensivo dos portugueses. Este período termina com as ditas campanhas de pacificação, a partir das quais se efetiva a dominação colonial sobre a maioria das populações opositoras(..) O terceiro e último período da presença portuguesa na Guiné é que foi, de facto, colonial no sentido de território e população submetidos a uma nação situada no continente. Começou por volta de 1920, logo após as campanhas de pacificação, e termina oficialmente, em 1974, com a queda do fascismo e o reconhecimento, por parte de Portugal da independência política da Guiné, proclamada unilateralmente em 1973, nas regiões libertadas pelo PAIGC (RIBEIRO, 1989, P.225,226-227).

Nos primeiros momentos os europeus mostraram interesse em estabelecer o comércio na costa africana, isto porque naquela altura na África existiam redes expressivas de transações comerciais de ouro, e outros produtos da África para Índia e para os países árabes. Por essa razão, no século XVI os europeus mostraram o interesse em fazer comércio na costa africana com o objetivo de explorar os recursos naturais na África (MONTEIRO, 2013). O

processo de aproximação e aceitação dos portugueses na comunidade guineense foi muito lento e conflituoso, pois, tentavam forçar uma aproximação de confiança com os demais comerciantes e articulavam de toda forma para sua inserção no espaço comercial na Guiné. Através da colaboração com chefes locais os portugueses conseguiram colocar em prática o projeto instalação e exploração de matérias primas e a mão de obra escrava (MONTEIRO, 2013).

De acordo com Ribeiro (1989) nos primeiros momentos, os comerciantes portugueses não tinham nenhum espaço territorial próprio, eles realizavam os negócios através dos chefes locais que os apoiavam, e hospedavam durante o período necessário para a realização do comércio. Nesse sentido, os portugueses procuravam um espaço territorial próprio como forma de não só explorar os recursos, mas também para ter maior segurança física. “Os administradores colônias europeus procuravam e encontravam, entre as “autoridades indígenas”, aliados ou agentes para transmitir eficientemente as exigências da dominação estrangeira ao conjunto das populações africanas” (BETTS, 2010, p. 358).

Segundo Uzoigwe (2010), Portugal e a França entre 1876 e 1880 as suas ações mostravam claramente que estavam comprometidos na exploração colonial e na implantação de um controle formal no continente africano. Na Guiné-Bissau os portugueses tentavam controlar a atividade dos seus agentes e dos chefes locais que obrigavam uma série de condições para estabilidade de relações comerciais, naquela altura a Europa vivia a crescente falta de mão de obra, e o comércio africano neste contexto, desenvolveu um papel importante na economia europeia, os negociantes portugueses olharam com mais atenção a exportação de escravos de Bissau e Cacheu para o comércio lícito, que atingiu rapidamente a economia e os interesses dos próprios chefes locais (RIBEIRO, 1989). Por outro lado, ele destaca algumas consequências desse tráfico para África como, por exemplo: o enfraquecimento produtivo da capacidade dos reinos africanos, aumentando devido ao desgaste pelo aumento das guerras Interétnicas. Sendo assim, as potências europeias preparava naquele período fazer o continente africano a fonte de matérias primas e mercado para colocação de produtos indústrias.

Os séculos XV e XVI foram marcados por uma parceria econômica entre os chefes locais africanos e os mercadores europeus através de tratados que envolviam muitas coisas: ouro, açafrão, marfim, perla, cobre, cerâmicas e na exportação de seres humanos visto como forma de obter muitas riquezas. Esse processo deu um enfraquecimento do continente africano em todos os aspectos que resultou nas guerras entre reinos (MONTEIRO, 2013). Na primeira metade do XIX Portugal para equilibrar o tesouro que sofreu uma queda

nas receitas, decidiu fazer investimentos em outras áreas econômica na Guiné a fim de recuperar o tesouro, começou a investir na agricultura e na exploração de madeira e amendoim (UNA, 2017).

Os portugueses iniciaram ocupação militar na década de 1880, mas só foi completada no decorrer do século XX, que resultou na dominação desses países, Moçambique, Angola e Guiné (atual Guiné-Bissau). As potências europeias conseguiram facilmente conquistar a África graças às atividades dos missionários e dos exploradores, que sabiam mais a respeito de terreno, economia e recursos, cultura e a forma como as sociedades africanas estavam organizadas. Isso permitiu os europeus criar as estratégias para ocupação efetiva do continente (UZOIGWE, 2010).

De acordo com M'bay e Boahen no período de 1880 a 1914, todo o território da África ocidental foram colonizada, com exceção da Libéria, e isso resultou na perda das muitas soberanias e as terras no continente africano. Segundo esses autores, nesses períodos houve muitas intervenções militares europeus, invasões e campanhas organizadas contra Estados e sociedades da África (M'BAY e BOABEN, 2010).

Entretanto, ao conquistarem a Guiné-Bissau os portugueses provocaram muitas mudanças nas diferentes zonas, sobretudo no que diz respeito as cobranças de impostos para povos nativos. Entre o ano 1907 a 1908 os portugueses notaram que para não perder alguns territórios é preciso cobrar imposto porque naquela época administração portuguesa era frágil devido a pobreza, precariedade das suas instalações, fraqueza das suas tropas e do seu armamento, e isso exige uma implantação territorial razoavelmente forte, a fim de impressionar o contribuinte a pagar imposto. O governador Oliveira Muzanty foi fundamental nesse processo começou a recrutar tropas locais para formar atiradores indígenas guineenses, e cobravam impostos sem nada dar em contrapartida aos habitantes (PÉLISSIER, 2001).

8.2 PAPEL QUE OS CHEFES LOCAIS GUINEENSES DESEMPENHARAM (COLABORAÇÃO E A RESISTÊNCIAS) DURANTE ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU E AS RESISTÊNCIAS DOS GRUPOS ÉTNICOS GUINEENSES DURANTE ESSE PROCESSO

Durante o processo da implantação da administração colonial na Guiné-Bissau, os chefes locais guineenses contribuíram muito em suas ações de colaboradores dos portugueses, outros resistiram perante o domínio colonial portuguesa. Segundo Raymond F. Betts, no capítulo “*A dominação europeia: métodos e instituições*” in História Geral de África

Unesco 2010, argumenta que, durante o processo da implantação colonial, um elemento foi muito importante na sua materialização em que, cujo seu papel era bastante debatida, neste caso, o autor fazia referência ao chefe local. Ele afirma que as potenciais europeias e coloniais dependiam do chefe tradicional, ou seja, era chamado de elemento fundamental na estrutura administrativa colonial. O autor cita a declaração do administrador colonial francês Robert Delavignette, segundo o qual, não existiria a colonização sem a inclusão da política indígena, porque ela abrangia o controle territorial e, esses comandos territoriais são comandados pelos chefes tradicionais, isso sim, tornou possível a efetivação do sistema administrativa colonial europeia, construindo assim, um elo entre as autoridades coloniais e a população nativa (BETTS, 2010).

Depois da conquistada e ocupada pelas potencias imperialistas europeias, o continente africano foi envolvida em uma rede administrativa colonial, unificava-se com base em algumas ideias e crenças comuns, a política colonial tomou na África o sentido de política indígena percebendo-se que a expressão correspondia a inúmeras definições na administração dos “indígena” termo geralmente empregado para designar os africanos, por outro lado se admitia em teoria como na prática, que o poder colonial não estaria permanentemente controlado se não com ajuda pessoal e das instituições autóctones, (refere os chefes locais) que desempenhando uma função complementar ou auxiliar (BETTS, 2010).

Na Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses já existia rivalidades entre etnias como no caso dos (Papeis de Antula e os de Intim) cada um contava com apoio de outros grupos étnicos. Nesse sentido é importante salientar que não houve só conflitos entre portugueses com os nativos, mas também houve conflitos entre os próprios nativos (MONTEIRO, 2013). Sendo assim, nos primeiros momentos os portugueses aproveitarem dessas rivalidades para aliar-se com chefes tradicionais a fim de atacar outra etnia rival através de promessas. “Em 1607, o Régulo ¹de Guinália, da etnia papel cedeu aos portugueses à ilha de Bolama para que os portugueses se estabelecessem e os protegessem contra os ataques dos Bijagos, que são a etnias da zona insular. E à medida que vão ganhando espaços e confiança, começaram a programar os seus projetos de comércio na região” (UNA 2017, P.20). Por outro lado, Pélissier (2001) afirma que regulo Biafada Boncó Sanha do Badora

¹ Citação: (1931), Sem Título, Fundação Mário Soares / C1.6 - Secretaria dos Negócios Indígenas, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10424.183> (2021-10-13); Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. Bissau pasta: 10424 183 assuntos: sobre louvor aos chefes indígenas Boncó Sanhá, Iussufo Baldé, Bacar Sancó e Bemba Danedjo, pelo zelo com que procederam ao recrutamento de auxiliares nos seus territórios para combater insurreição de papéis e brames em Bissau.

decidiu associar com os portugueses para atacar papeis e brames de Bissau que estavam a resistir perante a dominação portuguesa.

No mesmo sentido, o documento sobre serviços e negócios indígena demonstra que Boncó Sanhá e os outros régulos recrutaram auxiliares para ajudar os portugueses atacar Papeis e Brames de Bissau, sendo assim, os portugueses agradeceram os régulos pela ajuda e obediência, como mostra o documento:

Louvando os indígenas Bonco Sanhá, Iussufo Baldé, Bacar Soncó e Demba Danedjo, régulos respetivamente, de Badora, Cossé, Cunhor e Ganadu, pelo zelo e obediente demonstrado no cumprimento das ordens superiores quando do recrutamento dos auxiliares que sob as suas ordens e por determinação do governo da colônia seguiram para Bissau por motivo da alteração de ordem pública ali ocorrida e provocada por indígenas Papeis e Brames. Bolama, 23 de dezembro de 1931, direção dos serviços e negócios indígenas, assinado por o substituto legal do diretor: Antônio Pereira Cardoso.

No entanto, o exposto acima nos permite afirmar que durante o processo da implementação da administração colonial, possivelmente existia vários tipos de apoio dos regulados a administração portuguesa, porem a intensão pretendida neste trabalho visa estabelecer vários fatores e contextos históricos que originaram aderência de alguns régulos a aliarem com administração colonial, sendo assim, fundamente analisar os diferentes dimensões históricas de cada grupo e os sistemas políticos criados nesse período.

De acordo Boahen, (2010) o que leva muitas das vezes os chefes locais aliar-se com os europeus é sobre a oportunidade de preservar a sua soberania, e obter algumas vantagens sobre os seus inimigos. Segundo ele, antes da chegada dos europeus a relação entre alguns chefes eram frequentemente hostis, nesse sentido, quando os europeus chegaram alguns optaram por se juntar aos europeus para lutar contra seus inimigos. Do mesmo modo, Pélissier (2001) demonstra que a razão que leva muitas das vezes os chefes locais guineenses a estabelecerem alianças com os portugueses é para não perder a soberania e obter bens materiais, ele afirma que na região de Cacheu Teixeira pinto mandou prender o regulo de Basserel porque não colaborava, e ordenou outro no seu lugar. Sendo assim, Alguns chefes locais guineenses decidiram ajudar os portugueses a atacar Papeis e Brames de Bissau para não perder as suas soberanias, porque se eles negaram podem se tornar inimigos dos portugueses.

Mediante isso, Uzoigwe (2010) na sua visão demonstra que eram dois tipos de tratados, o primeiro trata-se entre africanos e europeus, e o segundo entre os próprios europeus. Por outro lado, ele mostra que o primeiro corresponde o tratado político, através os

quais os líderes africanos era obrigado aliar-se com os europeus para não perder a sua soberania, ou se comprometeram a não assinar tratado com outras nações europeias, e o segundo tratados é sobre o tráfico de escravo e o comercio que muitas das vezes provocavam conflitos e a intervenção dos europeus nos assuntos africanos. Segundo ele, os líderes africanos aliava se com os europeus na esperança de ganhar algumas vantagens políticas sobre os seus vizinhos. Desta forma, alguns estados africanos em posição de fraqueza procuravam estabelecer relações com europeus no sentido de libertar-se da invasão do outro estado que lhe impunha sua soberania, e esse tratados desempenharam papel importante na fase final da partilha da África.

De forma semelhante, Pélissier (2001) frisa que alguns chefes étnicos guineenses colaboravam com os portugueses no sentido de lutar contra os seus inimigos, como no caso do regulo fula Mamadu Paté e regulo biafada Unfali Soncó que ajudavam os portugueses a bombardear algumas aldeias da margem do rio Farim, inclusivamente nos arredores comandada pelo tenente António Caetano. Além disso, outros reizitos aliavam-se com os portugueses no sentido de obter vantagens materiais como disse Fernandes:

De 1970 a 1974 houve cinco congressos que reuniram a grande maioria dos chefes tradicionais, que expuseram as necessidades da população e tentaram obter do poder coloniais vantagens materiais. (...) o chefe Balanta Henrique Gomes, da aldeia de Iuncume, responsável de uma cooperativa, reivindicou charruas, sachos e enxadas para rentabilizar esta empresa. Pediu máquinas para aumentar as superfícies agrícolas através da construção de diques e de barragens anti-sal nas bolanhas de Sumo e Iuncume, também pediu sementes e assistência social para os trabalhadores da cooperativa (..)Malam Fati, chefe mandinga de Nhacra, solicitou a reparação do centro hospitalar, a contratação de uma pateira, a abertura de escolas e o alinhamento das casas. A grande maioria dos chefes tradicionais que interviram nestes congressos fizeram reivindicações semelhantes. No entanto, alguns deles pediram reordenamentos, quer dizer, aldeias estratégicas sob o controle militar dos portugueses e que exigiam o deslocamento das populações” (FERNANDES, 1993, p.43).

Ainda sobre esse aspecto de colaboração, Pélissier (2001) afirma que os ²Fulas Mandingas e Biafadas foram os principais etnias colaboradores dos portugueses na Guiné Bissau onde recrutarem em Geba e Farim centenas de auxiliares que permitiu em 1894 os portugueses reuniram uma força regular a sua volta, daí começaram atacar em menos de duas horas Bandim e Intim. Segundo ele, em 1896 o governo português efetuou uma misteriosa penetração militar no Oio, graça o Infali Soncó regulo biafada em Sambel Nhanta, que reuniu

² Regulo é o principal líder ou chefe de uma “tabanca” refere ao que chamamos de aldeia, o regulo toma as decisões finais e representa sua tabanca nos assuntos políticos da seu território. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

quatro mil auxiliares sob a sua autoridade, e em 1897 a margem direita do rio Cacheu está submetidas aos portugueses.

Por outro lado, Pélissier demonstra também que os portugueses recrutaram duzentos e cinquenta auxiliares em Bolama e 800 grumetes e Papéis de Bissau, mais auxiliares senegaleses e mandingas de Abdul Injai reuniram quase 1300 homens em Cacheu para atacar os Manjacos, Churo e Papéis do norte que negavam pagar os impostos. Em 3 de Março de 1904 começaram atacar, os Papéis do norte e os Manjacos escondidos nas árvores, dispararam contra os portugueses, sendo assim, perante a superioridade do armamento português, os Papéis do norte depressa cessam a luta e fogem depois de uma resistência teimosa (PÉLISSIER, 2001).

Entretanto, segundo Monteiro “Vários chefes locais se aliaram ao colonialismo e recusaram a participação nos processos de resistências por acreditarem em benefícios destes no apoio para a consolidação no poder nos seus Estados e outros privilégios, que poderiam usufruir os portugueses colonialistas, tornando-se assim seus reféns” (MONTEIRO, 2013, p.102).

Outro aspecto relevante a considerar é que houve também a resistência dos chefes locais africanos, nem todos que colaboravam com os colonialistas alguns desempenharam papel das resistências contra a ocupação e organizaram em frentes para combater abusos e imposições do poder colonial. De acordo com M’bay Gueye e Albert Adu Boaben no capítulo “Iniciativas e resistências africanas na África ocidental” in História de África unesco 2010, eles afirmam que alguns líderes africanos decidiram defender os seus impérios entre os quais, citam Ahmadu, filho e sucessor de Al Hadj Umar, fundador do império Tukolor que estava decidido a defender o seu império e a preservar a sua independência e soberania. E para atingir esses objetivos, optou por uma estratégia militar. No entanto ao contrário da maior parte dos chefes da região, apoiava-se mais na aliança do que na resistência. De fato, desde início a sua ascensão ao poder até 1890, ele persistiu em procurar a aliança e a cooperação com os franceses (M’BAY e BOABEN, 2010).

Da mesma forma, o rei do Daomé, tal qual Samari decidiram recolher a uma estratégia de confronto para defender a soberania e a independência do seu reino, onde na última década o Damé entra conflito aberto com França. Era um séria de golpe nos interesses econômicas de Abomey, e o príncipe Kondo, que tomara o poder em 1889 com o nome Behanzin, reagiu e mobilizando as suas tropas e Abomey possuía então exército permanente de 4 mil homens e mulheres, e a guarnição francesa foi atacada ao crepúsculo, ao mesmo tempo que uma parte do exército fora destacada para religião do porto novo, levariam os

franceses a pedir a paz, onde comprometiam-se a pagar a Behanzen uma renda de 20 mil franco em troca do reconhecimento de seus direitos sobre Cotonou, onde poderiam arrecadar impostos e estabelecer um guarnição, e o rei aceitou as condições e o tratado foi assinado em 3 de outubro de 1890 (M'BAY e BOABEN,2010). Nesse sentido, pode compreender-se que houve resistência dos povos africanos no que diz respeito a invasão das potenciais europeia na África.

É necessário salientar que a resistências na Guiné-Bissau ocorreram em diferentes perspectivas, às primeiras reações dos povos guineenses contra governo colonial foram contra os abusos de impostos e no trabalho forçados, os guineenses desafiavam as autoridades coloniais, visto em todas as etnias principalmente os Papéis e os felupes. Na Guiné-Bissau as resistências tiveram dois tipos de características que são regionais e étnicas, devido a configuração social da Guiné, onde cada grupo pertence a uma terra, e os processos das resistências étnicas foram soltos de forma regional por cada etnia (MONTEIRO, 2013).As resistências na atual Guiné-Bissau intensificaram quando os portugueses instituíram os impostos em todas as regiões da Guiné em janeiro de 1904, e para facilitar esse processo eles dispensaram os chefes locais “régulos” de pagamento de impostos e ainda ganharam pelos seus serviços. Mesmo assim alguns chefes não ficavam felizes com essa situação porque a terra lhes pertencia (MONTEIRO, 2013).

A primeira são as resistências étnicas, denominadas de “resistências primárias”, comandadas por alguns segmentos étnicos contra a ocupação portuguesa entre 1913 e 1936; as chamadas “resistências secundárias” tiveram o seu marco a partir de 1952, quando as primeiras organizações urbanas clandestinas surgiram lideradas pela elite intelectual local contra a administração portuguesa (MONTEIRO, 2013, P.104).

Segundo Pélissier (2001) na Guiné Bissau os Papéis são uma das etnias que mais resistiram perante administração portuguesa na Guiné-Bissau, provocavam desordens na praça, ameaçavam os comerciantes e atacavam os militares porque naquele período de 1898 a 1899 os portugueses exportavam a borracha, o amendoim, as amêndoas de palma e a Cera , e isso não agradava os Papéis de Bissau. Na Região de Cacheu os Papéis do norte e os Churo, além de não pagavam os impostos, eles também proibiram os seus chão aos grumetes, agentes das casas comerciais, e isso contaminaram os Balantas Bravos e os Papéis de Cacanda e de Pecaú de fazer o mesmo.

Em 1908 em Cacheu os Felupes ameaçaram os portugueses e impediram os seus compatriotas de Bolor de pagar o imposto de palhota, Muzanty no primeiro momento quer

bombardear Varela, mas não conseguiu. No dia 10 de março 1908 Muzanty embarca vinte e um soldados europeus, setenta auxiliares e recolhe dois oficiais trinta e oito atiradores indígenas e doze auxiliares em Cacheu, no dia 14 de março atacaram Varela pelo interior das terras e não da praia, e Varela é parcialmente tomada e destruída, depois de uma hora de combate (PÉLISSIER, 2001).

De forma semelhante em 1914 os manjacos de região de Cacheu recusavam pagar os impostos aos portugueses, mancanhas de Bula e Có também contestaram de forma desafiadora através dos chefes locais e os portugueses assassinavam os resistentes e incendiavam as tabancas negligentes. Os balantas, bijagós e manjacos além de recusavam de pagar impostos assassinavam também os portugueses e os seus aliados, os assimilados (MONTEIRO, 2013). Para ele, “O que impulsionou tais resistências foi à destituição do poder aos africanos, os abusos excessivos e a imposição cultural, como também a falta da liberdade, a soberania e a independência” (MONTEIRO, 2013, P.106).

No ano de 1915 seguiu-se a pacificação contra os papeis da Ilha de Bissau, sinalizando para uma ocupação definitiva e permanente da Ilha de Bissau. Neste caso, os papeis não aceitaram a imposição de impostos arbitrários, ofereceram resistência, na qual os portugueses sofreram grandes baixas, como também incendiaram os bairros dos grumetes (assimilados) aliados aos portugueses. Em resposta a essa ofensiva, os portugueses proibiram todas as relações comerciais com os papeis, até sua submissão (MONTEIRO, 2013, P.105).

Do mesmo modo, Boaben frisa que “Para o africano, o que estava em jogo, na verdade, não era esta ou aquela vantagem a curta ou em longo prazo, mas sua terra e sua soberania. É precisamente por essa razão que quase todas as sociedades africanas – centralizadas ou não – optaram mais cedo ou mais tarde por manter, e defender sua soberania;” (BOABEN, 2010, p.12). Em Bafata 1973 o chefe guineense religioso Aladje Zacarias Jau da tabanca de Buntunsum, declarou perante as autoridades colônias que: a guerra só terminará quando os portugueses regressarem a sua terra, e menos um ano a Guiné Bissau tomou a independência (FERNANDES, 1993).

De acordo com Boahen, (2010) os dirigentes africanos na era colonial tinham como objetivo melhorar o sistema colonial, no sentido de torná-lo menos opressivo, menos desumano, de modo que todos puderam beneficiar tanto os africanos quanto os europeus. Sendo assim muitos lutaram no sentido, de acabar com abusos, como trabalho forçado, as culturas agrícolas obrigatórias, discriminação racial, impostos e a segregação. Para Ranger (2010, p.68), o que estava em jogo na briga entre dirigentes africanos e os europeus não era só a dominação política, mas sim as tentativas europeias de manipulação econômica, e a luta dos

chefes e movimentos da resistência eram dirigidas contra esse sistema de manipulação econômica.

Por fim pode-se compreender que durante cinco séculos de 1446 a 1974 os guineenses travaram sangrentas lutas de resistências contra os colonialistas portugueses, que obrigavam os povos nativos de pagar os impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, serviço militar, trabalho forçado e a obediência às autoridades coloniais. Mesmo com essa obrigação houve grandes resistências dos guineenses durante esse período de aproximadamente cinco séculos (MONTEIRO, 2013).

9 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto de pesquisa obedecerá a uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, com base no uso de recursos tecnológicos como site de pesquisas, revistas e, também uso de artigos, livros, bibliotecas como fontes de pesquisas etc.

De acordo com Creswell (2010) a pesquisa qualitativa tem como intuito analisar e compreender o significado que numa determinada sociedade atribui a um determinado fenômeno ou acontecimento que ocorre no seu interior.

Este processo metodológico aconselha a aplicação de questões e processos que aparecem. Sendo assim, é importante os resultados coletados num determinado lugar do participante são submetidos a análise e, futuramente deve ser alvo da interpretação dos seus significados feito pelo investigador.

No que se refere ao procedimento de investigação, escolhi pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa do campo através da entrevista. “A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (Kripka, Scheller, Bonotto, 2015, p.244).

Por outro lado, Lakatos e Marconi (2010) demonstram a pesquisa de campo como sendo uma ferramenta que o pesquisador aplica com o intuito de angariar informações e conhecimentos a respeito de problema para qual se procura uma resposta ou hipótese. Além do mais este processo procura analisar e interpretar de forma mais profunda os aspectos e complexados que condicionam a atuação humana. Quer dizer, ela procura extrair o sentido invisível do comportamento humano tais como: hábitos, e tendências sociais e os seus

REFERÊNCIAS

- BETTS, Raymond F. **A dominação europeia: métodos e instituições**. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.
- BOAHEN, Albert Adu. **África diante do desafio colonial**. In: História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935. BOAHEN, Albert Adu (Org.). Vol.: VII. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 1-20.
- CRESWELL, John w. **Projeto de pesquisa, Métodos, Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. Ed. porto alegre: Artmed, 2010.
- FERNANDES, Raúl Mendes. **Partidos únicos e poderes tradicionais**. Soronda: revista de estudos guineenses, v. 16, p. 39-45, 1993.
- FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **C1. 6 - Secretaria dos Negócios Indígenas**, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10424.183> (2021-10-13); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau.
- GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Book e Bontche**. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia UFC / UNILAB, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.
- KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. CIAIQ2015, v. 2, 2015.
- LAÍNS, Pedro. **Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. Análise Social**, Lisboa, v. 33, ns. 2-3, p. 463-496, 1998. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221843624G2dSJ5nf7Oj14YK5.pdf>>. Acesso em: 18 novembro 2021.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas,2010.
- M'BAY, Gueye, BOABEN, Albert Adu. **Iniciativas e Resistencia Africanas na África Ocidental 1880-1914**. In: História geral da África VII: África sob dominação colonial, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO,2010.
- MENDES, Vicente Mendes. **Rituais de iniciação do povo manjaco da Guiné Bissau: advinho/napene e régulo/namantch**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) – São Francisco do Conde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2017.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=Detalha.dissertacao&id=744>.
Acesso em: 17 novembro 2021.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné, Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936**. Vol II, 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 2001.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. *In*: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 – 72.

RIBEIRO, Carlos. **A articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial** (os crioulos como embrião da Nação guineense). *In*: **A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S.Tomé e Príncipe**. Bissau: INP, 1989, P.219-242.

UNA, Lásaro Uassena. **Comparação do colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo Verde 1885-1973\75**. Monografia-curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, UNILAB, São Francisco do conde, 2017.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 21 – 50.